

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E  
SOCIEDADE**

**GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**JOINVILLE- SC  
2012**

ROSANE PATRÍCIA FERNANDES

**GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Anteprojeto de Dissertação apresentado ao  
Programa de Mestrado em Patrimônio  
Cultural e Sociedade da Universidade da  
Região de Joinville- UNIVILLE.

Professora Orientadora:  
Dr<sup>a</sup> Dione da Rocha Bandeira

JOINVILLE-SC  
2012

## 1. INTRODUÇÃO

As cidades são cenários de inúmeras ocupações ao longo de sua história, parte destas transformações ficam impressas em suas edificações, paisagens e monumentos, também conhecidos como patrimônio histórico cultural e natural. Esses patrimônios são transformados paulatinamente pela ação do tempo e pela apropriação das regiões por colonizadores e sua história constitui a memória e a identidade da região.

O município de Guaratuba é a terceira cidade mais antiga do estado do Paraná com 242 anos de fundação, tem um rico e vasto patrimônio cultural, ambiental e natural, parte desta riqueza é ainda desconhecida por seus moradores e visitantes, está sendo depreciada, desaparecendo um pouco a cada dia pela ação natural, e pela ação do homem.

Criada em 1992, a Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba possui área de aproximadamente 200 mil hectares. Entende-se por APA unidades de conservação (UC) sob a tutela do Estado, com vistas à preservação de áreas florestais, tendo estas áreas, legislação disciplinar própria, com o objetivo de compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, contribuindo com a qualidade de vida das comunidades tradicionais e da população local. Mais especificamente, a APA de Guaratuba busca proteger a rede hídrica, preservar belezas cênicas, os remanescentes da Floresta Atlântica e os manguezais, disciplinar o uso turístico, conservar a fauna, flora e os sítios arqueológicos e, incentivar o desenvolvimento regional, através da conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Posteriormente a criação da APA de Guaratuba, estabeleceu-se duas Unidades de Conservação dentro dela, o Parque Estadual do Boguaçu, criado pelo Decreto Estadual no 4.056, de 26 de fevereiro de 1998 com cerca de 6.052 hectares localizados no entorno dos rios Boguaçu e Boguaçu Mirim, e o mais recentemente criado Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, criado pela Lei Federal nº 10.227/2001, com cerca de 24.267,914 hectares, localizado no lado leste da APA. Ambos os parques não possuem Plano de Manejo específico. Destaca-se que os parques são unidades de proteção integral de uso mais restrito que as APAs.

A APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável não envolvendo necessariamente desapropriações e que permite o uso sustentável de seus recursos, sendo esta a sua principal característica. E o Plano de Manejo é o instrumento que rege o sistema de gestão das Unidades de Conservação, tendo como objetivo geral fornecer ferramentas de gerenciamento diário das atividades desenvolvidas, minimizar impactos, salvaguardar recursos naturais e históricos e desenvolver as comunidades locais, conforme as condicionantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação o (SNUC).

Este estudo objetiva apresentar e discutir as diretrizes e as ações contidas no Plano de Manejo da APA de Guaratuba para a gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Estadual do Boguaçu uma (UC) que está inserida na APA. E a partir dos resultados encontrados, verificar o que os órgãos públicos responsáveis estão fazendo para efetivar estas ações, e discutir como a sociedade civil organizada pode vir a contribuir para a preservação, socialização e democratização destes patrimônios.

A riqueza arqueológica da Baía de Guaratuba ficou evidente nos levantamentos de campo, realizados por estudiosos como João José Bigarella, Loureiro Fernandes, Claudia Inês Parellada e Laércio Loiola Brochier e, os registros arqueológicos mais conhecidos na região referem-se aos sambaquis, os quais são verdadeiros monumentos de adaptação humana ao meio ambiente costeiro.

Os sambaquis, segundo De Blasis *et al* (1998) e Bandeira (2005), são elevações de conchas em forma de colina com diferentes tamanhos, composição e idade. Em sua maioria são compostos de conchas de moluscos, ossos de animais, artefatos e ossadas humanas decorrentes de sepultamentos ali realizados pela sociedade sambaquiiana.

Nos levantamentos de campo destes estudiosos foram localizados e avaliados 73 locais com presença de sambaquis sendo que destes, 33 referem-se a novos sítios que ainda não estavam cadastrados. Somados às 98 ocorrências citadas em bibliografia, totalizam-se 131 sítios arqueológicos para a área. Treze (13) destes sítios encontram-se localizados dentro do Parque Estadual do Boguaçu, objeto deste estudo. Este número, no entanto, deve refletir apenas uma parcela do montante de sítios existentes, considerando que ainda não foram realizadas pesquisas sistemáticas nesta (UC).

As áreas de preservação urbanas continuam sendo alvo de depredação mesmo protegidas por lei, em função dos diversos conflitos relativos aos usos e tipos de ocupação existentes nestes espaços, apontando para um descompasso entre as previsões da legislação e políticas públicas e a realidade factual do espaço urbano.

## 2. JUSTIFICATIVA

A APA de Guaratuba onde se realizará este estudo é composta por ampla diversidade de compartimentos paisagísticos com peculiares características naturais. Sendo um mosaico de ricos ambientes pressupõe a ocorrência de variados tipos de registros socioambientais, relacionados à exploração diferencial da paisagem. Por sua vez, as ocupações e as atividades antrópicas atuais mostram distintos graus de intervenções ambientais ocorridas no Parque Estadual do Boguaçu permitindo inferir consequências sobre a integridade dos recursos naturais e culturais existentes nesta UC.

A presença significativa de bens arqueológicos já identificados na APA de Guaratuba, bem como um imenso potencial para a existência de recursos ainda não descobertos, remetem a relevância ímpar desta área para o desenvolvimento de atividades e programas de pesquisa, conservação e preservação, ou seja, direcionados para a produção de conhecimento científico, para a manutenção dos recursos culturais existentes e, para a proteção do patrimônio arqueológico nas suas mais variadas formas, justificam a relevância deste estudo.

As pesquisas arqueológicas frequentemente disponibilizam novos dados e informações que impossibilitam, hoje, a existência de um consenso tanto sobre a época da ocupação quanto sobre o modo de como povos pré-coloniais chegaram aqui. No Brasil existem vestígios importantes para o entendimento dessas questões e que estão sendo perdidos ou degradados em função de um processo de ocupação intensa e acelerada das zonas costeiras do país (ZANIRATO & RIBEIRO, 2006).

Frente a este cenário, tem-se como maior desafio das gestões das UC a adequação de políticas públicas, de programas de intervenções e Planos de Manejos, que garantam os objetivos a qual estes espaços foram criados.

## 3. PROBLEMA

A partir do enunciado acima, surge a seguinte problematização de pesquisa: **As estratégias de planejamento contidas no plano de manejo da APA de Guaratuba são suficientes para garantir a preservação do Patrimônio Arqueológico (PA) existente na Unidade de Conservação Parque Estadual do Boguaçu?**

#### 4. HIPÓTESE

Abaixo seguem as hipóteses que foram levantadas para o início deste estudo:

- A ausência de ações e políticas culturais municipais implicam na invisibilidade e depredação do Patrimônio Arqueológico local.
- A inserção de recursos culturais educacionais nas estratégias de planejamento e manejo ambiental é importante para prover a proteção do patrimônio arqueológico;
- As informações contidas nos mapas arqueológicos da região estão desatualizadas.
- As estratégias de ações e gestão contidas no plano de manejo da APA não são suficientes para salvaguardar o PA do Parque Estadual do Boguaçu.

#### 5. OBJETIVOS

##### 5.1 Geral

Analisar o Plano de Manejo da APA de Guaratuba, PR, quanto à gestão do patrimônio arqueológico do Parque Estadual do Boguaçu, que faz parte desta APA e verificar o que os órgãos públicos e a sociedade civil organizada estão fazendo para efetivar as ações previstas.

##### 5.2 Objetivos Específicos

-Descrever o Patrimônio Arqueológico existente no Parque Estadual do Boguaçu, a partir dos documentos existentes Plano de Manejo (PM) da APA e nos Mapeamentos arqueológicos do PR;

- Averiguar o estado de conservação dos sítios cadastrados nos documentos oficiais dentro do Parque; identificando o tipo de uso e ocupação dos sítios arqueológicos pré-coloniais, com risco ao patrimônio arqueológico;

- Verificar se nas informações orais dos moradores do entorno do Parque Estadual do Boguaçu são apontados outros sítios que não estão nos mapeamentos e no PM da APA;
- Checar em campo, pelo menos algumas das indicações de sítios arqueológicos apontadas nas informações orais.
- Fazer levantamento sobre a legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
- Verificar as ações do Conselho gestor da APA de Guaratuba, na questão de gestão e proteção do patrimônio arqueológico da região;
- Contribuir para a reflexão sobre os procedimentos mais adequados para o diagnóstico arqueológico e planos de manejo do patrimônio arqueológico em UCs;
- Produzir conhecimento científico sobre a Arqueologia, a História cultural, e patrimônio do município, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional e proteção destes bens.

## 6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A habilidade humana em modificar o ambiente para o seu próprio bem estar já acontece a milhares de anos e ultrapassa facilmente qualquer agente natural em termos de rapidez e potencial de impacto. Embora ainda muito se desconheça sobre a ocupação humana nas Américas, é amplamente aceito que o início desse processo pode ser razoavelmente situado há cerca de doze mil anos (ROOSEVELT, 1999). Estes dados convergem com os relatos de POSSE (1985, p. 122) que observou em seus estudos sobre populações pré-históricas, que entre os séculos V e II (ac) uma população entre 3.646 e 6.700 pessoas habitavam o litoral paranaense. Porém GUIDON (Apud, SWAIN 2012 p.9) em pesquisas realizadas na serra do Capivari aponta evidências que datam para 50 mil anos as primeiras ocupações humanas na América do Sul.

Os registros arqueológicos são importantes para o conhecimento da origem do homem e sua trajetória pela história. Os sítios arqueológicos localizados pelos pesquisadores revelam o passado do homem em diversos ambientes. A cultura material em contexto com os sistemas de assentamentos pré-coloniais permitem interpretar os modos de vida das populações indígenas e as rotas de ocupação ao longo da costa brasileira (CONSENS, 2003 *apud* ZANIRATO & RIBEIRO, 2006, p.3)

Os primeiros relatos a respeito do litoral paranaense foram feitos por Hans Staden, alemão que veio ao Brasil com destino ao Rio da Prata, que com ajuda de intérpretes estabeleceu os primeiros contatos com os povos da região, quando a embarcação aportou na Ilha de Superagüí (PDDU, 2002).

O litoral paranaense, cujo patrimônio natural é notável e singular, tem no Tombamento da Serra do Mar o primeiro ato institucional de reconhecimento de seu valor ambiental, único e especial. Ocorrido em 25 de julho de 1986, o Tombamento da Serra do Mar é um marco na cultura preservacionista paranaense.

O Bioma Floresta Atlântica é reconhecido internacionalmente no ano de 1993. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa o Homem e a Biosfera, cria a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica,<sup>1</sup> englobando áreas do litoral paranaense, São Paulo e Rio de Janeiro. A área integra a Rede Internacional das Reservas da Biosfera, por merecido reconhecimento de sua biodiversidade, identidades histórica e cultural e equilíbrio ecológico da Serra do Mar e de sua paisagem.

Em 1988 a Constituição Federal explicitou a necessidade de construção de espaços públicos em vários setores de definição e execução de políticas públicas, dentre elas o ambiente. Assim, e acrescidos do “efeito Rio 92”, instituíram-se conselhos, comitês de bacias, Agendas 21, coletivos jovens e outras instâncias, que, baseados em leis e acordos específicos, muito vem contribuindo para a capilarização e a consolidação da participação popular nas diversas esferas de consulta e decisão (LOUREIRO, 2004). Notadamente após a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo decreto 4340/2002, iniciativas vêm sendo realizadas pelos órgãos públicos e demais instituições envolvidas com a gestão dessas áreas, em suas diferentes categorias, no sentido de dar materialidade ao disposto na lei. Nesse âmbito, também se relatam dificuldades na efetivação e no funcionamento dos conselhos (MMA, 2004).

Em 18 de julho de 2000 a Lei Federal 9985, regulamentando o artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Por Unidades de Conservação a lei define:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas

---

<sup>1</sup> Extraído do livro “Cadernos de Tombamento da Serra do Mar”, Secretaria de Estado da Cultura, Curitiba –1987. Pág. 84.

pele Poder Público, como objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Em face da elevada qualidade paisagística do seu território, a singularidade de sua baía, a beleza de seus rios, a diversidade biológica e a excepcionalidade dos complexos florestais de restingas e manguezais que exigem proteção, Guaratuba possui três Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Parque Estadual do Boguaçu, Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange.

A APA de Guaratuba, declarada como área de proteção ambiental em 27 de março de 1992 através do Decreto Estadual n.º 1234 têm como objetivo resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de uma extensão aproximada de 199.596,50 hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados (Figura 1). Seu perímetro inicia na linha de Tombamento da Serra do Mar e abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes.

Entende-se por APA unidades de conservação sob a tutela do Estado, com vias à preservação de áreas florestais, ecossistemas de manguezais e bens culturais, tendo estas áreas, legislação disciplinar própria, com o objetivo principal a proteção dos ecossistemas locais e a promoção do desenvolvimento econômico e social. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC classifica as Áreas de Proteção Ambiental como Unidades de Uso Sustentável, o que significa que diferentemente das demais modalidades de Unidades de Conservação (UC) o uso econômico direto dos recursos naturais é disciplinado, não proibido (FERREIRA *et al.*, 2009).

A APA de Guaratuba tem como objetivo compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, proteger a rede hídrica, os remanescentes da Floresta Atlântica e de manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística. Objetiva-se também, com a criação da APA de Guaratuba disciplinar o uso turístico e garantir a qualidade de vida das comunidades caiçaras e da população local (PDDI, 2008, p.85).

A APA de Guaratuba possui Plano de Manejo desde 2004 e a competência legal de sua administração é da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP, do Instituto Ambiental do Paraná. De acordo com a Lei Federal 9985/00, Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem

presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Como grande parte da extensão da APA de Guaratuba é propriedade particular, houve a necessidade de criação do primeiro Conselho Gestor do Paraná em áreas de preservação ambiental em março de 2006.

A noção de Conselho Gestor, prevista na Constituição Federal de 1988, procura torná-lo o espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas. A construção e o funcionamento desses coletivos acentuam os desafios que se impõem para a efetiva implementação da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais, especialmente no que tange à equitativa possibilidade de acesso e intervenção dos grupos sociais que têm seus interesses representados ou cujos interesses são atingidos por tais decisões (GOHN, 2001; MMA, 2004; LOUREIRO, 2006). Fazem parte de sua composição do Conselho Gestor, órgãos e entidades da administração pública estadual e dos municípios abrangidos pela APA e entidades da sociedade civil organizada, localizadas na APA de Guaratuba com a seguinte estrutura: Plenário do Conselho, Secretária Executiva e Câmaras Técnicas.

O Conselho tem por objetivo promover o gerenciamento participativo e integrado para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal do meio ambiente (PLANO DE MANEJO APA, 2004).

**FIGURA 1:** ABRANGÊNCIA DA APA DE GUARATUBA EM ROSA



**FONTE:** CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba (PDDI)**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

O Parque Estadual do Boguaçu, (Figura 2) é uma UC delimitada dentro da APA de Guaratuba, foi criado pelo Decreto Estadual 4056, de 26 de fevereiro de 1998, possui área de 6052 ha, e tem por objetivo assegurar a preservação dos ecossistemas de manguezal e restinga do entorno do Rio Boguaçu e Boguaçu Mirim, bem como proteger os registros culturais (PLANO DE MANEJO APA, 2004).

Ao ressaltar a existência dessa unidade de conservação dentro da APA entende-se, conforme previsão da Resolução 10/88 do CONAMA, que “se houver na área decretada outra unidade de conservação, de manejo, ou outras situações especiais de proteção ambiental, administradas efetivamente pelo Poder Público, as mesmas serão consideradas como zonas de usos especiais”<sup>2</sup>. Assim, considerando-se que Parque Estadual do Boguaçu faz parte da APA Guaratuba ele é considerado Zona de Uso Especial no Plano de Manejo. Além disso, os parques também possuem a chamada Zona de Amortecimento que é a área entorno dos mesmos com restrições específicas às quais serão definidas em seus planos de manejo. As zonas amortecimento ou tampão, uma vez definidas formalmente, não podem ser transformadas em zona urbana (Art. 49, parágrafo único, da Lei 9.985/00).

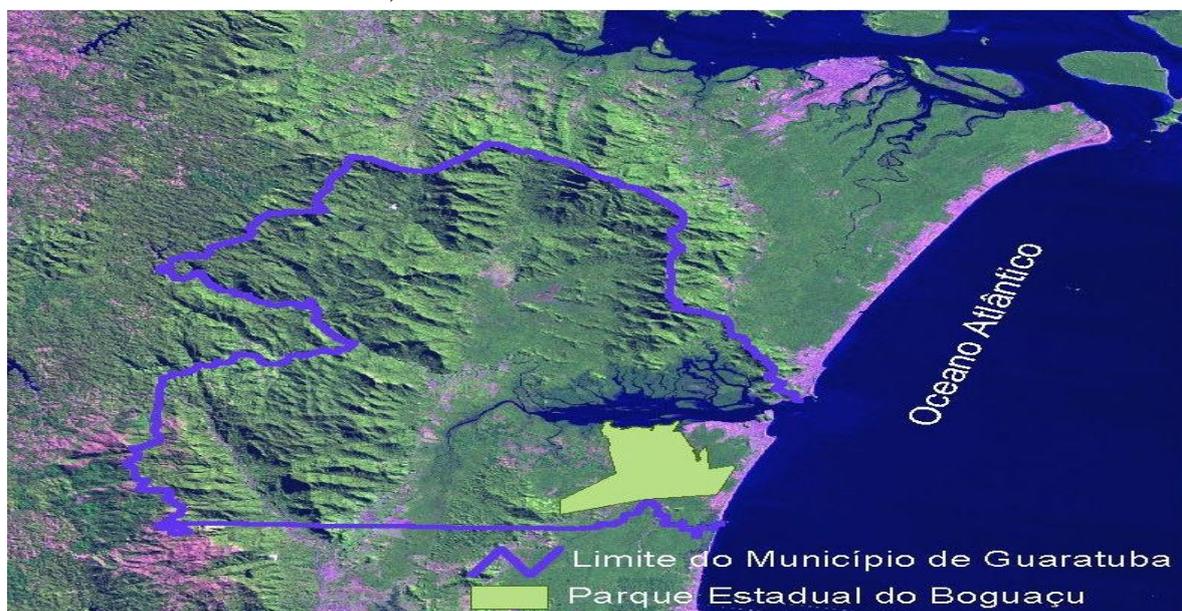
Os Parques Estaduais são sujeitos às mesmas disposições que regem os Parques Nacionais. O objetivo básico destas áreas é a preservação de ecossistemas naturais e bens culturais de relevância social. O uso dos parques é restrito à realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. As propostas e projetos de tais atividades são submetidos à aprovação dos Órgãos responsáveis pela gestão dessas UC e aos Conselhos Gestores das APAs afim de que sejam assegurados os objetivos previstos na Lei nº 6.902/81.

O Parque Estadual do Boguaçu, além da importante função de preservação dos ecossistemas e bens culturais, poderá se constituir em equipamento urbano de lazer e cultura, voltado para a conscientização da comunidade da importância e notabilidade da paisagem litorânea e das riquezas culturais existentes nela (PDDI, 2002, p. 87).

---

<sup>2</sup> Art. 3º, §2º, Res. 10/88 – CONAMA complementa que em relação às atividades antrópicas realizadas nas zonas especiais terá sempre ação supletiva, para assegurar que os objetivos previstos na Lei nº 6.902/81, sejam mantidos.

**FIGURA 2:** AREA DE ABRANGENCIA DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU NA APA DE GUARATUBA, EM VERDE CLARO.



**FONTE:** CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba (PDDI)**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

Estima-se que as primeiras ocupações humanas no litoral brasileiro ocorreram a cerca de 12.000 e 7.000 anos antes do presente (AP) quando grandes áreas das regiões temperadas foram cobertas por extensas geleiras, e o nível dos oceanos baixou em média 130 metros, e o litoral transformou-se em uma extensa planície costeira.

Posteriormente com o derretimento destas geleiras o nível do mar voltou a subir de forma irregular e descontínua, atingindo o ótimo climático entre 6.000 e 5.000 anos atrás, poucos metros acima do atual de (2 a 4m), conforme Bigarella (2009). Acredita-se que vestígios deste período estejam submersos.

No litoral paranaense estima-se que a ocupação humana tenha ocorrido há 6000 anos antes do presente (AP) devido a sítios arqueológicos do tipo sambaquis distribuídos ao longo da costa em locais de abundante alimentação, como manguezais, rios e lagoas, visto que os primeiros habitantes humanos conhecidos a viver nesse litoral eram caçadores, pescadores e coletores que registraram sua presença ao construírem montes de conchas conhecidos como “casqueiros”, ou sambaquis, quando a paisagem abrangia um extenso sistema lagunar.

Esta ocupação é muito anterior à chegada de povos indígenas na região de Guaratuba e que nela, por séculos, viveram antes de chegarem dos europeus que deram

começo à povoação, que deu origem em Vila onde as conchas dos sambaquis eram utilizadas na fabricação de cal para as construções e pavimentação das estradas.

Apesar de todos estes fatos já serem conhecidos, pouco se faz pela preservação efetiva deste patrimônio. Nosso ordenamento jurídico prevê funções normativas e regulatórias que se cumprem pelo poder de polícia que têm no IPHAN.

Outra forma legal que estabelece notas à gestão de lugares litorâneos e se constitui uma importante ferramenta é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC - Lei 7661/88) que possui como finalidade primordial, o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental na Zona Costeira do país, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Entre os objetivos do PNGC, está explícita a necessidade de proteção do patrimônio cultural existente na planície costeira:

Estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (PNGC - Lei 7661/88).

A necessidade de políticas públicas mais consistentes visando à preservação dos importantes registros histórico-culturais é evidente, assim como a ineficiência dos instrumentos de gestão vigentes no momento para esse assunto em particular (MENESES, 2007).

Entretanto, uma alternativa concreta para o início de um programa de manejo específico em âmbito municipal pode surgir por meio de legislações específicas e Planos Ambientais Municipais, com vistas a um instrumento de gestão destinado à integração e organização dos diversos segmentos da administração municipal e demais atores sociais a fim de garantir a operacionalidade de ações voltadas ao controle e monitoramento das atividades efetiva ou potencialmente causadora de degradação do patrimônio natural, arqueológico e ambiental.

Os profissionais da arqueologia e do patrimônio cultural em geral vêm-se preocupando cada vez mais em identificar problemas, critérios e encaminhamentos que orientem políticas públicas, conforme Meneses (2007, p. 37):

Antes de qualquer outra motivação, mais que uma política do Iphan, trata-se agora de propor políticas públicas em geral para a arqueologia. Além disso, se continuo acreditando na pertinência – no essencial - das propostas então formuladas, ainda que carentes de revisões e atualizações acredito, também,

que a situação atual é muito mais oportuna para aprofundar as questões apontadas.

O mesmo autor, ao refletir, sobre o papel do Estado no campo das políticas públicas para a da arqueologia diz que:

Estas deveriam articular direitos democráticos e responsabilidades republicanas [...] não se tratando de esvaziar as responsabilidades do "governo" nem de terceirizar aquelas do "cidadão" transferindo-as ao poder público, sem assumir a parte que cabe à sociedade [...] seria, sobretudo definir às claras e defender o interesse coletivo e os direitos da sociedade. (2007, p. 39).

Apesar de somente o Iphan, instrumentalizado pela União, possuir função regulatória perante os bens patrimoniais, todas as demais funções podem ser co-divididas entre outros órgãos públicos sejam eles federais, estaduais – distritais, municipais, entidades privadas e demais segmentos organizados da sociedade. A proteção legal e outros assuntos como educação, valorização, fomento, preservação física e social etc. - teriam de receber resposta da sociedade (MENESES, 2007, p. 40)

Meneses (2007) ainda aponta a pesquisa como sendo o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico.

Sem dúvida, as diversas ações a serem empreendidas dependem das informações e conhecimento trazidos pela pesquisa. No caso, porém, do patrimônio arqueológico é a própria existência social dos bens que está condicionada pela pesquisa. (...) O patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e da pesquisa de campo (MENESES, 2007, p. 40).

O Patrimônio Arqueológico segundo a carta ICAHM / ICOMOS de Lousanne (1990) refere-se:

[...] a uma riqueza cultural frágil e não renovável [...]. É a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados. (CARTA INTERNACIONA DE LOUSANNE, 1990)

Ao se tratar do meio cultural, de acordo com a carta de Lousanne e Pardi (2007), o gerenciamento dos bens culturais arqueológicos constitui-se na proteção e

administração do patrimônio arqueológico em seu meio natural e em suas relações com a história e a sociedade.

Segundo Pardi (2007) para se efetivar a gestão do Patrimônio Arqueológico é necessário:

[...] conhecer os elementos, ter visão geral das fontes, dos recursos, dos atores, do processo e do tempo hábil, buscando a máxima qualidade das ações e atividades, em qualquer tipo de combinatórias que respeitem os parâmetros em prol do cumprimento da missão. A missão perpassa inclusive por exigência legal pela preservação física dos sítios arqueológicos, pelo uso parcimonioso destes bens, sua pesquisa, interpretação e devolução para a sociedade nacional, permitindo a reapropriação de sua memória e reafirmar sua identidade, retroalimentando o processo através do desenvolvimento da consciência de Preservação (PARDI, 2007, p.19).

A Gestão do Patrimônio Arqueológico é responsabilidade atribuída pela Constituição e pela Lei 3924/61 do governo federal e executada através do IPHAN, dos Estados e dos Municípios estando administrativamente setorizado de acordo com os aspectos básicos da especialidade: Identificação, Documentação, Proteção e Promoção (PARDI, 2007).

A carta de Lousanne complementa que:

[...] que as políticas de proteção do patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas nas políticas da agricultura, ocupação dos solos e planificação, e ainda nas da cultura, do ambiente e da educação. As políticas de proteção do patrimônio arqueológico devem ser analisadas regularmente, a fim de se manterem atualizadas. A criação de redes arqueológicas deve fazer parte dessas políticas. (CARTA INTERNACIONA DE LOUSANNE, 1990).

As políticas de proteção do patrimônio arqueológico devem ser atendidas em escala nacional, regional e local, considerando a participação ativa da população na proteção desses bens. Esta participação deve basear-se no acesso aos conhecimentos, condição necessária a qualquer ação e tomada de decisão, a informação para o coletivo é, portanto, um elemento importante para a conservação integrada.

O Parque Estadual do Bogaçu, de acordo com o plano de manejo da APA de Guaratuba não possui “plano de manejo específico” sendo gerido através do mesmo instrumento da APA. Conforme mapa arqueológico do Paraná (2004), (Figura 3) no Parque Estadual do Bogaçu existe registrado 13 sítios pré-coloniais, sem maiores

descrições, ou estudos sistematizados. Os triângulos de cor laranja representam sambaquis identificados por Parellada (1993) e os azuis, sambaquis identificados por Brochier (2002).

**FIGURA 3: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL EXISTENTE NO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU**



FONTE: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA, (2004)

## 7. METODOLOGIA

Todo este trabalho será realizado através de pesquisa de cunho exploratório e qualitativo que visam:

1. Contribuir com o inventário do Patrimônio Arqueológico do Parque Estadual do Boguaçu;
2. Descrição dos sítios arqueológicos pré-coloniais da região estudada;
3. Avaliações patrimoniais e detalhamento de ações voltadas à gestão e preservação arqueológica;

O projeto deverá prever ações de mapeamento, cadastro, avaliação e estudo dos sítios arqueológicos. Através de levantamento sistemático de fontes documentais (bibliografia, iconografia e cartografia), visando resgatar e sistematizar as informações disponíveis sobre a história e cultura regional.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa utilizará de fontes de papel que a partir do que diz Ruaro "é a pesquisa bibliográfica e documental. São assim consideradas por terem os dados coletados por meio de material bibliográfico e documental" (2004, p.25). Gil acrescenta que a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já

elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (2008, p. 50). O mesmo autor ainda salienta que a pesquisa documental:

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Deverão ser feitas consultas a bibliotecas, arquivos municipais e documentos científicos que tratem do assunto em questão, bem como verificar junto ao Plano de Manejo da APA de Guaratuba as ações e propostas de gestão existentes para o Parque Estadual do Boguaçu, que é uma UC dentro dos limites da APA de Guaratuba.

Quanto ao objeto deste trabalho, além de bibliográfica, esta pesquisa também pode ser considerada de campo, pois a pesquisa de campo “é aquela que se realiza no ambiente natural da ocorrência dos fenômenos, ou seja, classifica-se como pesquisa de campo porque a coleta de dados é feita no ambiente em que os fatos ou fenômenos ocorrem” (RUARO, 2004, p. 26). Segundo Marconi e Lakatos, pesquisa de campo é aquela “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos de um problema, para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (2008, p. 69).

A pesquisa de campo é necessária, pois os dados coletados são mais precisos, além de possibilitar que se conheça mais profundamente a realidade dos fatos.

E, para o alcance dos objetivos propostos neste projeto será utilizado a proposta de *Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense* de Laércio Loiola Brochier (2004).

Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, que apresentam certo grau de estruturação, guiadas por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador irá explorando ao longo do procedimento. “Estas entrevistas são indicadas quando se pretende coletar informações detalhadas a cerca do que as pessoas sabem, crêem, sentem ou desejam [...] bem como de suas explicações ou razões dos assuntos precedentes” (GIL, 1999, p.117).

Estas entrevistas serão realizadas com a presidente do Conselho Gestor da APA de Guaratuba, Célia Regina Rocha, que também é responsável pelo escritório local do Instituto Ambiental Paranaense (IAP). O objetivo é coletar dados e informações sobre a

forma de gestão do Parque Estadual do Boguaçu, e se há propostas para o início de um programa de manejo específico em âmbito municipal ou estadual para a UC em questão por meio de Planos Ambientais Municipais, ou estaduais, que garantam a operacionalidade preservação deste espaço. A entrevista será realizada na sede do IAP na Rua Almirante Tamandaré, 1676, Bairro Piçarras, Guaratuba- Pr.

Entrevistar-se-á a Arqueóloga responsável do Museu Paranaense Cláudia Inês Parellada o Museu tem sede na Rua Kellers, 289 - Alto São Francisco - 80410-100 - Curitiba – Paraná, e com o geógrafo Almir Pontes Filho, que faz parte equipe de Trabalho da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC Rua Ébano Pereira, 240 - 80410-903 - Curitiba – PR, as entrevistas serão em loco, a fim de coletar maiores informações a respeito da gestão do Patrimônio Cultural do Paraná mais especificamente os bens Arqueológicos. Tanto a Claudia Inês Parellada quanto o Almir Pontes Filho conhecem a APA de Guaratuba e o Parque Estadual do Boguaçu e possuem trabalhos realizados na região podendo em muito contribuir com esta pesquisa.

Do mesmo modo serão realizadas entrevistas com quatro (04) moradores locais do Parque Estadual do Boguaçu, e entorno que sejam pescadores, e que conheçam os rios do Parque Estadual do Boguaçu a fim de verificar se nas informações orais dos moradores são apontados outros sítios que não estão nos mapeamentos ou citados no Plano de Manejo da APA ou em cartografia arqueológicas regionais. As entrevistas ocorrerão no trapiche pesqueiro do Mirim, no Bairro do Mirim em Guaratuba –Pr., onde se concentram os pescadores antes de irem pescarem na baía de Guaratuba e no interior do Parque Estadual do Boguaçu.

No momento da abordagem dos sujeitos a serem selecionados para as entrevistas, haverá por parte da pesquisadora esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à integridade física e moral dos mesmos, sendo os demais riscos mínimos. E em seguida será apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido aos sujeitos selecionados para a pesquisa, conforme (APENDICE 1).

Após a realização das entrevistas que serão guiadas por roteiros conforme (APENDICE 2, 3 e 4) os dados serão sistematizados e transcritos para que posteriormente sejam analisados qualitativamente na discussão dos resultados da pesquisa, e num período de aproximadamente noventa dias após a realização das entrevistas as mesmas serão doadas ao Laboratório de Historia Oral da UNIVILLE.

## 8. RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento desta pesquisa espera-se contribuir para melhorar os instrumentos e as políticas de gestão do Patrimônio arqueológico existentes no Parque Estadual do Boguaçu na APA de Guaratuba- Pr.

Bem como colaborar para a reflexão sobre os procedimentos mais adequados para o diagnóstico arqueológico e planos de manejo do patrimônio arqueológico em Unidades de Conservação, através da Produção de conhecimento científico sobre a Arqueologia, a História cultural, e patrimônio do município, tornando-os mais visíveis à comunidade local e visitantes.

## 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descrição das etapas	2013											
	Meses											
	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Adequação do pré-projeto de pesquisa	x	x										
Envio ao comitê de ética		x										
Pesquisas bibliográficas e documentais		x	x	x								
Coleta de dados de campo / entrevistas				x	x							
Sistematização e tratamento dos dados				x	x	x						
Discussão dos resultados e elaboração da síntese				x	x	x						
Revisão da redação						x	x	x	x			
Entrega do relatório												x

## 10. ORÇAMENTO

Os custos da pesquisa serão por conta do pesquisador não se tratando de um projeto oneroso. Seu valor esta orçado em R\$ 1.200.00 (mil e duzentos) reais distribuídos em saídas de campo e material de pesquisa.

## 10. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BANDEIRA, D. R. Os Constritores dos Montes de Conchas e os Mais Antigos Moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**. Ed nº3/março, 2005.

BIGARELLA, João José. **Sambaquis**, Curitiba, Pr: Posigraf, 2011.

\_\_\_\_\_ **Matinho: homem e terra, reminiscências**. 3 ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

DeBlasis, P., Sabine Eggers, Marta Lahr, Levy Figuti, Marisa C. Afonso & Maria Dulce Gaspar 1998. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** 8: 319-321.

\_\_\_\_\_ 2010. **Sociedade que habitou o Brasil era mais complexa que se pensava**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI4484753EI8147,00Sociedade+que+habitou+Brasil+era+mais+complexa+do+que+se+pensava.htm>. Acesso em novembro se 2012.

BROCHIER, L. L. **Relatório técnico de levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba**. Curitiba, 2002. 90p.

BROCHIER Laércio Loiola. **Diagnóstico E Manejo De Recursos Arqueológicos Em Unidades De Conservação: Uma Proposta Para o Litoral Paranaense**. Dissertação de mestrado apresentado a Universidade De São Paulo Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas Museu De Arqueologia E Etnologia. São Paulo, 2004.

CONSENS, M. **Cómo se conoce la prehistoria del Uruguay**. Separata Quehacer Educativo, Libro II, Año XIV, Nº 67, Octubre, 2004.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Missions archéologiques françaises au Chili Austral et au Brésil Méridional: Datation de quelques sites par le radiocarbone**. Journal Soc. Americanistes, Paris, n.67, p. 77-99, 1968.

Lei 7.661/1988. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7661.htm>

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do município de Guaratuba**. Guaratuba, s/e.1952 .

PARELLADA, C.I.& GOTTARDI NETO, A. 1993. **Inventário de sambaquis do litoral do Paraná**. Arquivos do Museu/ nova série Arqueologia, n.7, p. 1-42.

Conselho Gestor APA de Guaratuba, disponível em: <http://conselhoapaguaratuba.blogspot.com.br/>. Acesso em 05 out. 2012.

CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba (PDDI)**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

IBAMA/FUNATURA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. SNUC. Brasília, 1989. 82p.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan> acesso em: 03 jul. 2012.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/mti.pdf>. Acesso em 23 fev.2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410960> acesso em: 27 out. 2012.

IPHAN, Carta LOUSANNE Preparada pelo Comité Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) e adoptada pela 9ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em Lausanne em 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>. Acesso em: 17 Maio. 2013.

SWAIN Tania Navarro: Niède Guidon, arqueóloga: uma aventura no tempo. **Labrys, Études Féministes/ estudos feministas** juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012. Acessado em março de 2013. Disponível em: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys20/aventura/nieddept.htm>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_ **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARDI, Maria Lucia Franco. **Gestão De Patrimônio Arqueológico, Documentação E Política De Preservação**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural – Área de Concentração Arqueologia. Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2002.

POSSE, Zulmara Clara Sauner. Estudos de população pré-histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, ABEP, v. 2, n. 2, jul./dez. de 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA, Disponível em: [http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=243&Itemid=132](http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=243&Itemid=132) acesso em: 07 nov. 2012.

ROOSEVELT, A. **O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro. In: Pré-História da Terra Brasilis.** Org. Maria Cristina Tenório. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, p. 35-50, 1999.

RUARO, D. A. **Manual de Apresentação de Produção Acadêmica.** Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.

SEMA - Secretaria De Estado Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos Instituto Ambiental Do Paraná. Diretoria De Biodiversidade E Áreas Protegidas. **PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARATUBA.** Curitiba, 2006. Disponível em: [http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Plano de Manejo/APA Guaratuba/Plano de Manejo APA de Guaratuba.pdf](http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Plano%20de%20Manejo/APA%20Guaratuba/Plano%20de%20Manejo%20APA%20de%20Guaratuba.pdf). Acesso em: 20 jan. de 2013.

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>. Acesso em: 03 jul. 2012.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural. 1972. Disponível em [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), acesso em 22.04.2006.

ZANIRATO Silvia Helena e RIBEIRO Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

## APÊNDICES

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

Conforme Resolução nº 196 de 10 de Outubro de 1996 (Conselho Nacional de Saúde)

O senhor (a) esta sendo convidado (a) \_\_\_\_\_ à participar livremente da pesquisa intitulada **Gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação: Caso do Parque Estadual do Boguaçu – Guaratuba – Pr.**, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosane Patrícia Fernandes aluna do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Social da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Esta pesquisa tem como objetivo descrever o Patrimônio Arqueológico existente no Parque Estadual do Boguaçu, a partir dos documentos existentes Plano de Manejo (PM) da APA e nos Mapeamentos arqueológicos do PR; verificando se nas informações orais dos moradores do entorno do Parque Estadual do Boguaçu são apontados outros sítios que não estão nos mapeamentos e no PM da APA.

Autorizo a utilização de minha voz ao conceder depoimentos orais, bem como autorizo o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas informações será para fins institucionais. Estou ciente de que a pesquisadora responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos. As informações obtidas neste estudo serão úteis cientificamente, especialmente para as áreas de Arqueologia e Patrimônio Cultural e poderão ser divulgadas em publicações e congressos. Em qualquer momento do estudo, poderei solicitar maiores esclarecimentos sobre o seu desenvolvimento e serei prontamente atendido pela pesquisadora responsável, bem como, poderei me recusar em responder quaisquer das perguntas, independentemente de justificativas. Minha participação é, portanto, voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer ônus ou consequência para mim. Será garantido sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e poderei me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo.

Este documento está redigido em duas vias, uma pertence à pesquisadora citada e a outra ao sujeito da pesquisa. Para outras informações, esclarecimentos ou reclamações, entrar em contato com Rosane Patrícia Fernandes, através do telefone celular 9977-2695 ou pelo e-mail rosepati@gmail.com

**ATENÇÃO:** A SUA PARTICIPAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PESQUISA É VOLUNTÁRIA, EM CASO DE DÚVIDA QUANTO AOS SEUS DIREITOS, ESCREVA PARA: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVILLE. ENDEREÇO: RUA PAULO MALSCHITZKI, 10. CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ZONA INDUSTRIAL. CAIXA POSTAL 246. CEP: 89219-710 JOINVILLE/SC. OU ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE: 3461-9235.

Guaratuba, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante ou responsável

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável

**Roteiro para entrevista com moradores  
do entorno do Parque Estadual do Boguaçu**

<b>Entrevista N°:</b>	<b>Observação:</b>		
<b>Data:</b>	<b>Entrevistador:</b> Rosane Patrícia Fernandes	<b>Profissão:</b> Professora / Pesquisadora	
<b>Natureza da pesquisa:</b> Dissertação de Mestrado	<b>Título do Projeto:</b> Gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação: Caso do Parque Estadual do Boguaçu – Guaratuba – Pr.		

**1 – APA de Guaratuba e Parque Estadual do Boguaçu**

<b>1.1</b> – Conheces a APA de Guaratuba e o Parque Estadual do Boguaçu? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>1.2</b> – Sabes que mora dentro do Parque? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>1.3</b> Como ficou sabendo?	<b>1.4</b> – Foi contra ou a favor do Parque? <input type="checkbox"/> contra <input type="checkbox"/> favor Por quê?
<b>1.5</b> – É nascido aqui? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto tempo mora no local?	
<b>1.6</b> - O que você gostaria que tivesse no Parque?	

**2 – Arqueologia / Sambaqui**

<b>2.1</b> – Conhece ou ouviu falar de algum casqueiro, tabuleiro ou sambaqui próximo de onde mora? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>2.2</b> - O senhor (a) poderia nos explicar onde fica? Como faço chegar nele? O senhor (a) poderia nos levar até ele? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>2.3</b> – Sabes se aconteceu alguma coisa por lá? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>2.3.1</b> - Sabes se alguém morou nele? <b>2.3.2</b> - Se retiraram conchas para cal, aterro, ou fizeram roça?	<b>2.4</b> - Se acharam algum material de osso, rocha ou cerâmica? <b>2.4.1</b> - Que tipo? <b>2.4.2</b> - O que fizeram? Conhece quem tem algum objeto?
<b>2.5</b> – O senhor (a) já achou algum material nos casqueiros/sambaquis? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não O que?	<b>2.6</b> - Conheces ou já ouviu alguma história popular sobre os casqueiros/ sambaquis? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Qual?
<b>2.7</b> - O senhor (a) sabe que os casqueiros/sambaquis são sítios arqueológicos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>2.8</b> - O senhor (a) sabe o que é patrimônio cultural? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

**3 – Conservação e Gestão**

<b>3.1</b> – O senhor (a) sabe se os sítios arqueológicos estão conservados, protegidos, e não estão sendo destruídos dentro do Parque?	
<b>3.2</b> - O que o senhor acha que deveria ser feito?	
<b>3.3</b> – O senhor (a) acha que eles são importantes? Por quê?	<b>3.4</b> - Conhece algum morador antigo ou pessoa que pode dar mais informações sobre esses assuntos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>3.5</b> – O senhor (a) já viu alguma placa ou outro tipo de sinalização destes sítios no interior do Parque? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>3.6</b> - Tem outras informações que queira nos dar?
<b>3.7</b> – Como o senhor acha que as comunidades podem ajudar a preservar estes bens culturais?	

**5 - Entrevistado**

<b>5.1</b> - Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	<b>5.2</b> - Idade:	<b>5.3</b> - Escolaridade:	<b>5.4</b> – Profissão:
<b>5.5</b> - Sabe alguma coisa sobre <b>Conselho Gestor da APA</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>IAP</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Força Verde</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Instituto Guaju</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			

Roteiro da entrevista com Gestora do Escritório Municipal de Guaratuba do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Presidente do Conselho Gestor da APA de Guaratuba

<b>Data:</b>	<b>Entrevistador:</b> Rosane Patrícia Fernandes	<b>Profissão:</b> Professora / Pesquisadora
<b>Natureza da pesquisa:</b> Dissertação de Mestrado	<b>Título do Projeto:</b> Gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação: Caso do Parque Estadual do Boguaçu – Guaratuba – Pr.	

**1 – APA de Guaratuba e seu Conselho Gestor**

<b>1.1</b> – A APA de Guaratuba tem plano de Manejo? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Desde quando? De quanto em quanto tempo ele é atualizado?	<b>1.2</b> – Existe um Plano de Manejo específico para O Parque Estadual do Boguaçu? Por quê? Desde quando? Existem propostas para isto acontecer? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>1.3</b> Conheces os bens culturais existente no Parque? Considera Importante Preserva-los? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por quê?	<b>1.4</b> – Qual a função do Conselho Gestor da APA de Guaratuba? Com que frequência realizam reuniões? A comunidade e a sociedade civil participam das reuniões?
<b>1.5</b> – A senhora observou mudanças significativas a partir da implementação do Conselho Gestor? Comente.	
<b>1.6</b> – O que você gostaria que fosse desenvolvido no Parque?	

**2 – Conservação e Gestão**

<b>2.1</b> – A senhora ou sua equipe já visitaram os sítios arqueológicos dentro do Parque Estadual do Boguaçu? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Com que frequência?	
<b>2.1.1</b> – Como são monitorados os sítios arqueológicos do Parque Estadual do Boguaçu para a coleta de informações sobre seu estado de conservação? Como ficam sabendo em caso de ocupação irregular ou destruição destes sítios?	
<b>2.1.2</b> - Sabe se são retirados materiais dos sítios arqueológicos? E com quem estão? Ou o que é feito deles? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
<b>2.1.3</b> – Avalia como suficiente as estratégias de gestão contidas no Plano de Manejo da APA de Guaratuba suficientes para preservar o patrimônio cultural e arqueológico dentro dela? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Comente?	
<b>2.2</b> – Em algum momento já foi realizado denúncia ao IPHAN, ou algum outro órgão de proteção?	
<b>2.3</b> – A senhora acha que eles são importantes? Por quê?	<b>2.4</b> - Conhece algum morador antigo ou pessoa que pode dar mais informações sobre esses assuntos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>2.5</b> – Existem placas ou outro tipo de sinalização destes sítios no interior do Parque? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>2.6</b> - Tem algum projeto ou ação de educação sendo desenvolvido no momento na APA ou no Parque Estadual do Boguaçu? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não De que forma?
<b>2.7</b> - Como a senhora vê as políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio arqueológico? Comente?	<b>2.8</b> – A gestão pública local tem de alguma forma auxiliado na preservação e gestão destes espaços e bens culturais do Município? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não De que forma?
<b>2.8</b> – Quais as maiores dificuldades encontradas na gestão destes espaços de proteção em sua opinião?	
<b>2.9</b> - O que a senhora acha necessário para melhorar a gestão destes espaços?	

**4 – Sociedade Civil Organizada e Comunidade**

<b>4.1</b> – Sabe alguma coisa sobre <b>Instituto Guaju</b> ou outras ONGs que desenvolvam trabalhos na região da APA? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>4.2</b> – Considera importante manter parcerias com estes órgãos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>4.3</b> - Como a senhora vê a atuação da sociedade civil junto à conservação e preservação destes espaços e dos bens culturais inseridos dentro deles?	<b>4.3</b> - Quantas comunidades tradicionais residem atualmente no Parque Estadual do Boguaçu? Como estas comunidades têm auxiliado na preservação deste espaço?

**5 - Entrevistado**

<b>5.1</b> - Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	<b>5.2</b> - Idade:	<b>5.3</b> – Escolaridade/Formação:
<b>5.4</b> – Qual sua atual função:		<b>5.5</b> – Há quanto tempo desenvolve esta profissão?
<b>5.6</b> - Gostaria de acrescentar algo mais a esta entrevista?		

Roteiro da entrevista com Arqueólogos que estiveram na APA de Guaratuba e Conhecem seu Patrimônio Cultural

<b>Data:</b>	<b>Entrevistador:</b> Rosane Patrícia Fernandes	<b>Profissão:</b> Professora / Pesquisadora
<b>Natureza da pesquisa:</b> Dissertação de Mestrado	<b>Título do Projeto:</b> Gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação: Caso do Parque Estadual do Boguaçu – Guaratuba – Pr.	

**1 – APA de Guaratuba e o Conselho Gestor**

<b>1.1</b> – Há quanto tempo conheces e visita a APA de Guaratuba? E qual a natureza destas visitas? Conhece o Plano de Manejo da APA?	<b>1.2</b> – Conheces o Parque Estadual do Boguaçu? Realizastes alguma visita, ou trabalho nele? Qual? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>1.3</b> Conheces os bens culturais existente no Parque? Como avalia-los? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por quê?	<b>1.4</b> – Conhece o Conselho Gestor da APA de Guaratuba? Como vê o trabalho realizado por eles?
<b>1.5</b> – O senhor (a) considera suficientes as estratégias de gestão contidas no Plano de Manejo da APA de Guaratuba para a preservação do Patrimônio Arqueológico da região?	
<b>1.6</b> - O que o senhor (a) pensa ser importante seja realizado nestes espaços de preservação?	

**2 – Conservação e Gestão**

<b>2.1</b> – O senhor (a), ou, sua equipe já visitaram os sítios arqueológicos dentro da APA , ou, do Parque Estadual do Boguaçu? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Com que frequência?	
<b>2.1.1</b> – Como avaliou o estado de conservação deles?	
<b>2.2.2</b> - Sabes se são retirados materiais dos sítios arqueológicos? E com quem estão, ou, o que é feito deles? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
<b>2.2</b> – Sabes se em algum momento foi realizada denuncia ao IPHAN, ou algum outro órgão de proteção?	
<b>2.3</b> - Como o senhor (a) vê, ou acredita que estão as políticas publicas de conservação e preservação do Patrimônio Arqueológico? Neste momento em nível de União, Estado?	<b>2.8</b> – Em sua opinião quais as maiores dificuldades encontradas na gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação?
<b>2.9</b> - O que o senhor (a) achas necessário para melhorar a gestão do patrimônio Arqueológico nestes espaços?	

**4 – Sociedade Civil Organizada e Comunidade**

<b>4.1</b> – O senhor (a) avalia positivamente a participação de ONGs nestas questões? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>4.2</b> – Considera importante manter parcerias com estes órgãos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>4.3</b> - Como o senhor vê a atuação da sociedade civil junto à conservação e preservação destes espaços e dos bens culturais inseridos dentro deles?	<b>4.4</b> - A comunidade local e as comunidade tradicionais podem auxiliar na preservação destes espaços e dos bens culturais ao seu entender? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Como?
<b>4.5</b> – Considera importante ações de Educação Patrimonial nestas questões?	

**5 - Entrevistado**

<b>5.1</b> - Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	<b>5.2</b> - Idade:	<b>5.3</b> – Escolaridade/Formação:
<b>5.4</b> – Qual sua atual função:		<b>5.5</b> – Há quanto tempo desenvolve esta profissão?
<b>5.6</b> - Gostaria de acrescentar algo mais a esta entrevista?		

